

A INDÚSTRIA ARTESANAL DE TECIDOS EM MINAS GERAIS NA 1ª METADE DO SÉCULO XIX*

Marcelo Duarte Moura**

1. Introdução

O tema a ser trabalhado remonta ao período colonial, tendo como objeto a indústria têxtil doméstica¹. O período analisado coincide com a vinda da corte para o Brasil (1808) e com a instalação da primeira fábrica na Província de Minas Gerais (1868, aproximadamente).

O estudo vai se centrar na produção de “panos” da Província Mineira, visualizando a forma como a produção mercantil se formou de modo que ocorresse, na segunda metade do século XIX, a produção de caráter fabril.

De acordo com João Antônio de Paula (1983), Minas se revelava uma grande exportadora de algodão e produtos de algodão na primeira metade do século XIX. O estudo de PAULA me instigou a fazer um estudo mais aprofundado sobre a indústria artesanal de tecidos em Minas Gerais.

Os assim chamados “Panos de Minas” eram muito importantes na época colonial, principalmente após a decadência do ouro, a tal ponto que o Reino português ficou preocupado e editou o famoso alvará de 1785 em função da grande quantidade de produtos exportados, para dentro e para fora do país.

Este estudo foi dividido em quatro partes. A primeira parte, seguida da introdução, faremos um breve comentário sobre o surgimento da população na região e depois trataremos da produção do algodão e de seus tecidos. Na segunda parte, abordaremos a população do ponto de vista do seu trabalho, através dos indicadores de ocupação e atividades. A terceira parte, trataremos da produção e do seu processo técnico. E, por fim, última parte, comentaremos sobre o comércio e o destino do produto, com atenção particular às exportações dos “Panos de Minas”.

¹ “A indústria é a relação histórica entre a natureza e, portanto, a ciência natural e o homem. Através da indústria, a produção ou o trabalho, a natureza se adapta ao homem, pois nem a natureza objetivamente, nem a natureza subjetivamente, existem de modo imediatamente adequado ao ser humano”. MARX, Karl. Manuscrito de 1848. (O termo indústria artesanal é utilizado por Marx - HANDWERKSINDUSTRIES -, do original alemão. Marx, Karl. Capital. England. Penguin Books in association with New Left Review. Vol. 1. Chapter 13 (Co-operation). p. 439. 1986).

2. Considerações Gerais sobre a População e a Produção na Província de Minas Gerais

A Província² de Minas Gerais tinha uma barreira natural em suas divisas com as Províncias de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro e uma parte da Bahia. As barreiras naturais eram as inúmeras montanhas que dificultavam a comunicação entre as Províncias e também a densa vegetação, mata atlântica, que se encontrava em toda a parte leste de Minas Gerais. Por causa dessas barreiras havia dificuldades de transportar mercadorias da Província mineira para os principais portos e vice-versa.

Em fins do século XVII houve um surto migratório para o sertão mineiro em consequência da descoberta do ouro, o que deu origem a alguns núcleos populacionais densos em algumas áreas da Capitania de Minas Gerais. Essa população tinha alto poder aquisitivo (devido às minas de ouro) o que resultou, nessa região, no surgimento de fluxos de abastecimento com o intuito de suprir a população com os produtos de que necessitava.

De acordo com ZEMELLA (1951: 59), o século seguinte, mais precisamente na segunda metade do século XVIII, houve uma inversão no quadro econômico, ou seja, aquelas regiões que abasteciam as populações das Gerais acabaram sendo abastecidas pela Província mineira, pois esta conseguiu desenvolver-se além do ponto de auto-suficiência para a economia da região.

Segundo a autora, no final do século XVII (1698), as autoridades governamentais se preocupavam em abrir novas vias de comunicação com a Província de Minas Gerais com o objetivo de chegar mais rápido às minas de ouro e com isso aumentar a produção do ouro. Isto acabaria resultando em uma maior arrecadação para a Metrópole através dos impostos cobrados na Colônia. Essas autoridades tomaram algumas providências: ordenaram o plantio de roças nos caminhos que conduziam às minas; determinaram o estabelecimento de estalagens etc..

A localização da população migratória é encontrada aproximadamente na faixa que se estende ao Rio Grande e às nascentes do Rio Jequitinhonha onde existe a exploração do metal (ouro e diamante) formando, assim, os grupos populacionais

² De 1720 a 1824, Minas era chamada de Capitania de Minas Gerais e, em 1720, esta havia se separado da Capitania de São Paulo. “ O artigo 2º da Constituição [de 1824] determina a divisão do Império em Províncias e admite a futura subdivisão das mesmas, se for considerada conveniente aos interesses do Estado.” (TAUNAY & AVELLAR, 1974, p. 79)

urbanos, sendo a Capitania mineira a que teria a maior população do Brasil em 1776.

Algumas áreas produtoras de tecido de fibra animal (ovelhas da raça zebulão e/ou crioula que geralmente se encontravam nessa Província, ponto não relevante para este estudo), ou algumas áreas produtoras de fibra vegetal que produziam algodão eram: a região de Triângulo Mineiro; a região de Minas Novas e as cercanias de Paracatu; região de Jequitinhonha - Mucuri - Doce; margens do Rio Grande, nos distritos do Rio das Mortes, desde o Registro Velho até as imediações de Barbacena. No grande Rio Grande e no Rio Doce, as principais vilas eram: Vila Rica, Rio Doce, Conceição, Diamantina, Montes Claros, Barbacena, Fanado, Água Suja, São Domingos, Chapada, Sabará, Bom Sucesso, São João Del Rei, Paracatu, Abaeté, Serro Frio etc.

Em Jacuí existia o cultivo e fiação do algodão e ainda havia uma máquina de fiar o algodão. A produção caseira era encontrada na aldeia de São Nicolau, próximo de Peçanha. Já na Vila do Príncipe, hoje Serro, foram encontrados, por SAINT-HILAIRE, filhas das donas de casa e das escravas fiando o algodão e outras fazendo rendas com este algodão, enquanto a mãe (dona da casa) cosia.

A região Jequitinhonha-Mucuri-Doce foi uma grande exportadora de algodão de fibra longa, o qual era descaroçado e tinha boa qualidade. O produto era muito procurado em Manchester, no período de 1808 a 1830. Conforme ZEMELLA (1951: 59), existia uma grande plantação de algodão e uma grande produção doméstica de tecidos nas áreas: Chapada, Sucuriú, na própria Vila do Fanado de Minas Novas, São Miguel, São Domingos de Araçuaí e Água Suja

Em Sucuriu fiava-se o algodão e fazia-se tecidos mais ou menos grosseiros. Já os tecidos mais finos eram consumidos primeiro pela família e, se sobrasse, algum tecido fino era vendido no mercado local ou então em outras regiões.

São Domingos era o centro do comércio de algodão no termo (município) de Minas Novas. Era produtora de algodão e produzia cobertores, redes, tecidos grossos, toalhas e guardanapos muito finos.

Água Suja produzia cobertas e tecidos grossos. Já na Vila de Minas Novas colhia-se muito algodão e uma parte dessa colheita era enviada para a Bahia, Rio de Janeiro e outras partes da Província de Minas Gerais. A outra parte da colheita destinava-se à produção de cobertas e grossos tecidos de algodão que poderiam ser exportados ou consumidos no local.

Em Chapada comprava-se o algodão em rama e fazia-se cobertores com ele. Vendia-se o cobertor na própria região ou era exportado para outras partes da Província.

Em Montes Claros, Contendas, Porto do Salgado, Pedra do Angicos e Coração de Jesus não foram encontrados por SAINT-HILAIRE qualquer indício de plantio de algodão e nem da produção doméstica de tecidos. O que foi encontrado nessa região foi a comercialização de sacos ou bruacas produzidos com o algodão. Na região de Jequitinhonha-Mucuri-Doce não foi feito nenhum comentário por SAINT-HILAIRE sobre algum plantio de algodão e nem produção de tecidos. Cabe lembrar que SAINT-HILAIRE estava mais preocupado com a extração de diamantes em seu texto.

Esse viajante encontrou uma produção doméstica de tecidos no pequeno distrito de Tapera situado entre Serro e Conceição do Mato Dentro. Esse distrito produzia tecidos de algodão, colchas, lençóis, toalhas e chapéus de algodão. Todos esses produtos eram utilizados na própria região e nas aldeias vizinhas. Uma parte do algodão de que Tapera necessitava era adquirida em Peçanha e em Minas Novas e a outra parte era adquirida em Tapera mesmo, mas o algodão obtido não era de boa qualidade. Em Arassuaí plantava-se algodão de boa qualidade.

Em São João del-Rei havia grande plantação de algodão, porém seu plantio era disperso na Comarca do Rio das Mortes. A qualidade do algodão dessa região era considerada inferior ao da Comarca de Minas Novas.

Segundo LIBBY (1951: 194), embora não explicitado pelos viajantes, Minas Nova deveria ser um centro produtor de têxteis. As principais mercadorias que estavam no comércio com o Rio de Janeiro eram o algodão em rama e tecidos grosseiros de algodão. Essas mercadorias vinham de Minas Novas e paravam em São João, partindo então para o Rio de Janeiro.

Nos arredores da Comarca de Araxá produzia-se tecidos de lã grosseira em suas casas e havia um cultivo de algodão em escala suficiente para exportá-lo, sendo Auiruoca e Pouso Alto as principais povoações dessa Comarca.

Conforme LIBBY (1951: 195), a área de cultivo de algodão em Minas Gerais no primeiro quarto do século XIX era disperso em toda a província, apesar de existir em algumas regiões que se destacam, tais como: Oeste, Alto Paranaíba, Jequitinhonha-Mucuri-Doce e Rio das Mortes e também encontrávamos algumas regiões onde o plantio era desconhecida: Zona da Mata, Paracatu e São Francisco-Montes Claros. Já a

produção doméstica de tecidos era parcialmente comercializada, principalmente aquelas que eram próximas a região de Minas Novas. Os produtos que eram levados para a corte eram, principalmente, comercializados em São João d'El Rei.

3. População Ocupada nas Atividades Ligadas à Indústria Têxtil Artesanal

- *Considerações metodológicas:*

As Listas Nominativas de 1831-32 foram iniciativa do governo provincial que solicitou aos juizes de paz³ que as elaborassem. No ofício de 1831, o presidente da Província solicita a relação nominal de todos os habitantes.

As Listas Nominativas⁴ de 1831-32 da Província de Minas Gerais possuía 226 distritos de paz.

Conforme GODOY (1997: 163), a relação elaborada continha as seguintes informações básicas por municípios, distritos e quarteirões: fogos⁵ ou famílias, especificando o nome de cada indivíduo, cor (qualidade), condição social (livre, liberto ou forros, escravo), estado conjugal, ocupação, nacionalidade, alfabetização e idade. Essas informações são referentes à Província de Minas Gerais e elas não estão completas para o período de 1831-32, apesar da cobertura ser considerada muito boa. O objetivo desse recenseamento era saber como tributar, qual era a divisão do território, como recrutar pessoas para servir ao país e quantas pessoas eram necessárias para a administração pública. PAIVA & MARTINS (1986: 68) dizem que as informações encontradas nas listas aparecem de forma reduzida, ou seja, somente aparecem uma ou duas palavras o que levava ambigüidade de sentido. Por exemplo, a designação do

³ “Juiz de Paz: esta figura foi criada pelo artigo 162 da Constituição de 1824 e regulamentada pelas leis de 15/10/1827 e 29/08/1828. Pelos decretos de 18 e 20/09/1829 e o de 21/01/1830, o Juiz de Paz era um cargo eletivo. A lei de 1831 criou condições ao poder central de suspendê-lo ou substituí-lo. O Juiz de Paz tinha funções administrativas, judiciais e policiais. Cabia a ele a divisão das vilas em quarteirões, nomeando seus inspetores; a confecção dos mapas de população e a escolha dos membros para compor a Guarda Nacional. Era um juiz muito mais ligado à população local do que ao poder central. A partir de 1841, as atribuições do Juiz de Paz passaram a ser determinados pelo chefe de polícia designado e subordinado ao poder central.” MARTINS, Angela Magalhães. **Século XIX: Estrutura Ocupacional de São João del Rei e Campanha**. p.31

⁴ O banco de dados foi elaborado por PAIVA (1996), pesquisadora de Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e nele consta as Listas Nominativas de 1831-32 da Província de Minas Gerais.

⁵ “Por “fogo” entende-se a casa, ou parte dela, em que habita independentemente uma pessoa, ou família; de maneira que num mesmo edifício podem ter dois ou mais fogos”. Decreto nº 157 de 4 de maio de 1842 (“Dá instruções sobre a maneira de se proceder às eleições geraes e províncias”. Brasil(1843). em Martins, **op. cit.** p. 31

lavrador pode ser usado para o escravo, para o pequeno proprietário ou para o fazendeiro.

Há casos de dupla ocupação envolvendo ramos diferentes da atividade econômica, por exemplo, comércio e agricultura. Existem, também, casos de ocupações análogas, tais como “lavoura”, “agricultura”, “roça” e “horta”. Nas listas nominativas existem, aproximadamente, 800 itens e podemos agrupá-los em nove grandes grupos. Estes são:

“a) **Fiadeiras e tecedeiras** incluindo: fiadeiras, tecedeiras e fiadeiras e tecedeiras; b) **Lavoura e Pecuária** incluindo: lavrador, agricultor , roceiro e criador , roça etc. incluindo: boiadeiro, criador de gado, peão etc.; c) **Diarista e assalariados** incluindo: *serviço doméstico, cozinheira, pagem, lavadeira, engomadeira etc.*; d) **Artes do ofício** incluindo: *carpinteiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, rendeira, costureira etc.*; e) **Comércio** incluindo: *negociante, venda, estalagem, negócio de fazenda seca, arrieiro, ropeiro, mascate etc.*; f) **Mineração** incluindo: *mineiro, faisgador e empregado de fábrica*; g) **Outras; e, h) Sem declaração de ocupação**” (PAIVA & MARTINS, 1986:69)

Existem inúmeros casos de escravos onde é omitida a informação da ocupação por que o escravo não tinha uma função definida no seu serviço, ou seja, dependia da vontade e da necessidade do proprietário de utilizar seu trabalho em um determinado serviço: MARTINS (1990: 36) declara que ao longo das transcrição das listas não foi possível perceber o que se entendia por ocupação. Ora a ocupação poderia ser entendida como a atividade da pessoa que tira a sua renda e ora poderia ser entendida como a profissão da pessoa.

Neste estudo trabalhamos com os seguintes grandes grupos: a) fiadeiras e tecedeiras; b) lavoura; e, c) comércio.

- Pessoal Ocupado na Província:

De acordo com LIBBY (1995: 13), a grande parte dos trabalhadores na tecelagem era constituída de mulheres-esposas, filhas, irmãs, noras, cunhadas, enteadas, sobrinhas, agregadas, escravas e enjeitadas.

A população total da Província de Minas de Minas Gerais encontrada nas listas nominativas era de 381.450 em 1831-32.

TABELA 1
Relação da população escrava e livre por município

Município	População			% População			% de escravos sobre o total	% de livres sobre o total
	Escrava	Livre	Total	Escrava	Livre	Total		
Pitangui	2.492	5.619	8.111	1,93	2,23	2,13	30,72	69,28
Minas Novas	1.768	7.067	8.835	1,37	2,80	2,32	20,01	79,99
Ouro Preto	3.922	8.351	12.273	3,03	3,31	3,22	31,96	68,04
Barbacena	5.846	7.461	13.307	4,52	2,96	3,49	43,93	56,07
Tamanduá	5.363	11.935	17.298	4,14	4,74	4,53	31,00	69,00
Paracatu	5.114	13.102	18.216	3,95	5,20	4,78	28,07	71,93
Baependi	7.987	11.684	19.671	6,17	4,64	5,16	40,60	59,40
Jacui	5.132	15.497	20.629	3,97	6,15	5,41	24,88	75,12
São João del Rei	8.921	11.853	20.774	6,89	4,70	5,45	42,94	57,06
Queluz	9.759	14.610	24.369	7,54	5,80	6,39	40,05	59,95
Caeté	11.569	19.775	31.344	8,94	7,85	8,22	36,91	63,09
São José del Rei	13.523	19.545	33.068	10,45	7,76	8,67	40,89	59,11
<i>Campanha</i>	10.182	24.493	34.675	7,87	9,72	9,09	29,36	70,64
Vila do Príncipe	12.894	24.452	37.346	9,96	9,70	9,79	34,53	65,47
Mariana	13.319	27.009	40.328	10,29	10,72	10,57	33,03	66,97
Sabará	11.640	29.566	41.206	8,99	11,73	10,80	28,25	71,75
Total	129431	252019	381450	100	100	100	33,93	66,07

FONTES: Listas Nominativas de 1831/32

Obs: Nessas Listas foram encontradas 4580 escravos e 12590 livres, mas não foram revelados o ano que foi colhido essas informações.

Como se pode observar, 57% da população total da Província de Minas Gerais concentrava-se em seis municípios: Sabará, Mariana, Vila do Príncipe, Campanha, São José del Rei e Caeté. Pela TAB. 1 verifica-se que em 1831/1832 a população escrava se concentrava predominantemente em São José del Rei, Mariana e Vila do Príncipe. Esses três locais representavam um terço da população total de escravos. Um quarto da população livre se localizava nas seguintes localidades: Sabará, Mariana, Campanha e Vila do Príncipe. Os locais que possuíam a menor participação da população escrava e livre eram Pitangui e Minas Novas. A população escrava representava 33,93% da população total na Província de Minas, enquanto a população livre perfazia 66,07% do total. Pode-se notar que a região de Minas Novas utilizava mais pessoas livres (79,99%) do que escravas (20,01%) em toda a Província de Minas Gerais. Ou seja, ela era a mais importante da Província de Minas na utilização de pessoas livres.

A população livre masculina totalizava 123.887 habitantes e era inferior à população livre feminina composta de 129.221 habitantes. Quanto à população escrava, a masculina era superior à feminina. A primeira somava 79.941 habitantes e a segunda 49.977 habitantes. A população total masculina na Província de Minas era de 203.828 enquanto a feminina de 383.026.

A distribuição da população por atividade (setor), em 1831 (GRAF. 3), apresentava-se da seguinte forma: dependentes, atividades manuais e mecânicas, agropecuária, outras atividades, comércio, serviço doméstico, mineração, associações ocupacionais e desocupados e sem informação. No presente trabalho será apresentado um apanhado da atividade manual e mecânica, do comércio e da agricultura, em sua relação com o setor têxtil.

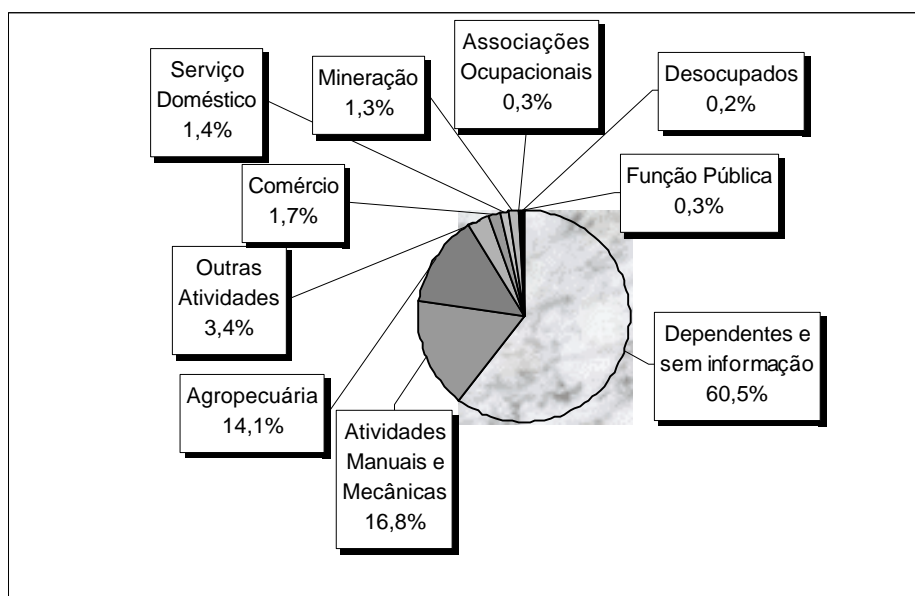


GRÁFICO 3 - Distribuição da População Total por Atividade na Província Mineira em 1831/1832

FONTE: Listas Nominativas de 1831/32

A população⁶ existente na Província de Minas Gerais era de 381.450 pessoas.

Sabemos, conforme GRAF. 3, que a atividade manual e mecânica representava 16,7% da população total e isto equívale a 63.702 pessoas. A atividade de fiação e/ou tecelagem⁷ tinha 43.081 pessoas trabalhando nessa atividade e isto significa que a

⁶ Quando falarmos da população em Minas Gerais, na verdade nos referimos a população das Listas Nominativas de 1831-32.

⁷ Em fiação está incluída a população que exercia exclusivamente esta atividade ou paralelamente exercia outra, em tecelagem, idem.

atividade de fiação, tecelagem e outros representava 67.63% da população da atividade manual e mecânica. Os principais municípios que trabalham com a fiação e/ou tecelagem, na Província de Minas, eram a Sabará, Mariana, Queluz e São José del Rei. Esses municípios concentram cerca de 47% do total dessa atividade (GRAF. 4). Os municípios menos importantes na economia de Minas nessa atividade eram Minas Novas, Barbacena e Baependi e cada município contribuía com menos de 2% para a economia mineira.

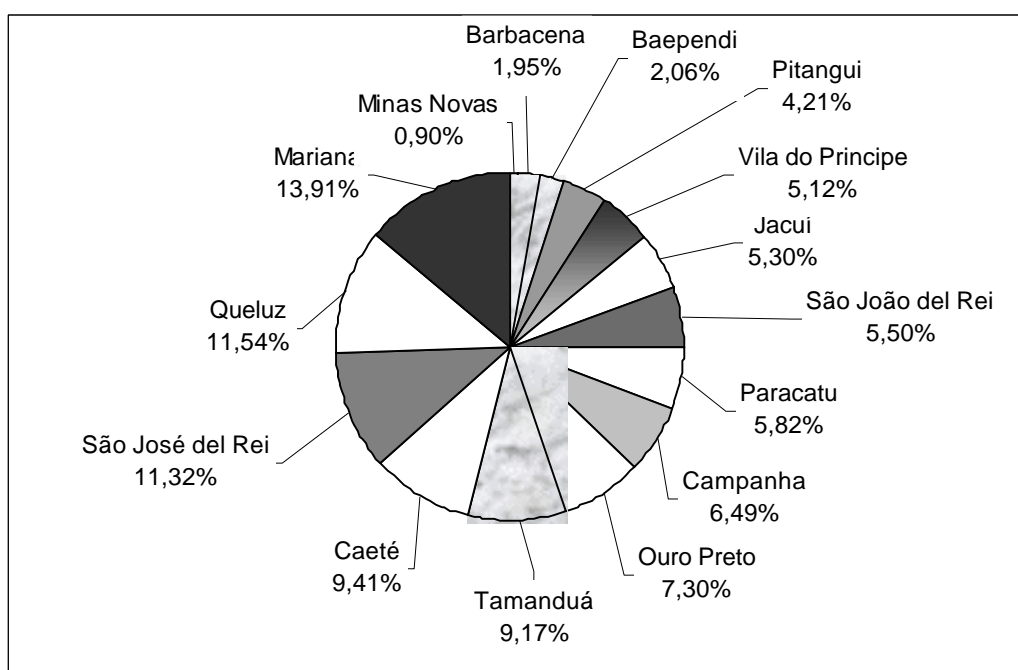


GRÁFICO 4 - Distribuição da atividade de fiação e de tecelagem entre regiões em 1831/32
 FONTE: Listas Nominativas de 1831/32

As principais atividades relacionadas com o setor da agricultura, da fiação e do comércio eram: agricultura, fazenda, fiação, lavoura, negócio e plantação e outros (outra atividade que não seja o ofício de plantar). Percebe-se pela Tabela 2 que a principal atividade era a lavoura seguida da fiação, salvo alguns casos.

Na atividade da lavoura havia um predomínio de homens em todos os municípios em relação às mulheres e ainda existiam mais homens livres trabalhando nessa atividade do que homens escravos, exceto a de Ouro Preto. Na fiação existiam mais mulheres trabalhando do que homens e havia uma predominância de mulheres livres em relação a mulheres escravas nessa atividade. Os quatro municípios mais importantes (TAB. 2) eram: Sabará, Mariana, Campanha e São José del Rei.

A atividade de fiação no município de Sabará utilizava quase que exclusivamente mulheres (98,71%), sendo 85,37% livres e o restante escravas.

O município de Campanha, a lavoura absorvia um grande número de pessoas principalmente homens – 89,43%, sendo 70,78% livres e 18,64% escravos. A população feminina representava somente 10,57%. Eram utilizados, nessa atividade, somente 7,95% da população feminina livre e 2,63% da população escrava.

TABELA 2
Relação das Atividades Por Município na Província de Minas Gerais em 1831/32

Município		Agricultura		Fazenda		Fiação		Lavoura		Negócio		Plantação e outros	
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Baependi	Escravo	26	0	0	0	1	152	865	17	0	0	0	0
	Livre	147	11	0	0	0	521	1583	189	101	3	1	0
Barbacena	Escravo	212	2	0	0	1	214	616	37	0	0	0	0
	Livre	218	2	39	2	1	426	760	44	71	5	3	0
Caeté	Escravo	22	4	0	0	4	494	902	32	0	0	0	0
	Livre	247	39	1	0	14	2520	1255	186	228	33	31	3
Campanha	Escravo	0	0	0	0	2	434	1058	149	0	0	0	0
	Livre	5	1	0	0	17	1735	4017	451	128	7	4	2
Jacuí	Escravo	0	0	0	0	2	233	621	11	0	0	0	0
	Livre	28	6	3	0	4	1418	2680	199	147	9	0	1
Mariana	Escravo	249	9	0	0	5	924	1599	90	0	0	0	0
	Livre	216	38	6	4	16	3728	2582	378	42	345	18	3
Minas Novas	Escravo	0	0	0	0	0	83	295	10	0	0	0	0
	Livre	1	0	0	0	3	182	884	73	45	1	193	17
Ouro Preto	Escravo	0	0	0	0	2	524	937	24	0	0	0	0
	Livre	9	1	1	10	12	1816	651	97	184	6	1	0
Paracatu	Escravo	0	0	0	0	14	420	1092	14	0	0	0	0
	Livre	0	0	19	5	25	1369	2412	84	193	7	20	1
Pitangui	Escravo	0	0	0	0	1	144	8	0	0	0	0	0
	Livre	0	0	0	0	11	1285	640	59	61	1	24	0
Queluz	Escravo	407	23	0	0	18	859	855	3	0	0	0	0
	Livre	591	58	20	7	21	3041	1123	111	144	13	0	0
Sabará	Escravo	28	0	0	0	25	942	1545	226	0	0	0	0
	Livre	246	0	26	6	59	5495	2022	261	456	18	138	27
São João del Rei	Escravo	5	0	0	0	1	281	495	1	0	0	0	0
	Livre	406	34	2	1	3	1673	1127	69	119	4	15	1
São José del Rei	Escravo	0	0	0	0	6	1135	1984	10	0	0	0	0
	Livre	68	10	13	2	11	2541	1622	94	237	19	7	2
Tamanduá	Escravo	0	0	0	1	7	773	1642	11	1	0	0	0
	Livre	0	1	0	0	8	2118	1942	41	140	5	20	2
Vila do Príncipe	Escravo	0	0	0	0	0	133	587	247	2	1	9	9
	Livre	8	5	117	24	19	1469	2770	776	366	21	221	74

FONTE: Listas Nominativas de 1831/32

No município de Mariana, as **atividades** relevantes eram a de fiação e a de lavoura. Do total da população, a fiação utilizava 99,55% da população feminina, sendo que 79,78% era livre e 19,77% era escrava e o restante representava a população masculina. Nesse município, a **atividade** lavoura utilizava 89,93% da população masculina e 10,07% da população feminina. A população masculina livre representava 55,54% e a população masculina escrava 34,39% e os demais pertenciam à população feminina.

O município Tamanduá destaca em relação as outras pelo seu alta relação fiandeira/tecelã (107,63) ou número de pessoas ocupadas na fiação em relação às operando em teares. Isso sugere que nesse município a produção de fios destinava-se aos teares de outras regiões e, também, sugere uma especialização dessa atividade. Devido a proximidade desse município ao Rio São Francisco podemos deduzir que os fios produzidos aí eram escoados para outros municípios ou províncias por esse caminho. O município que tinha a mais baixa relação fiandeira/tecedeira era Minas Novas (8,12).

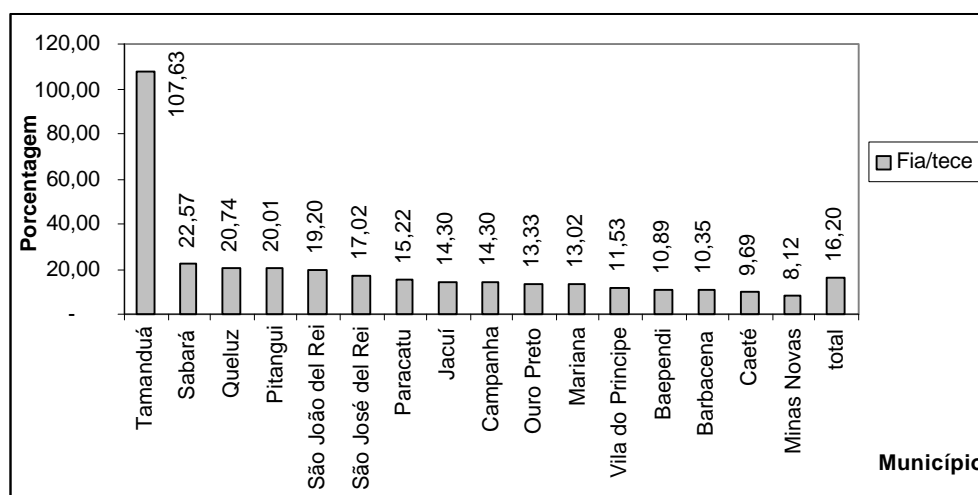


GRÁFICO 5 - Número de pessoas fiando, exclusivamente, em relação às que tecem em 1831/32
 FONTE: Listas Nominativas em 1831/32

A título de conclusão parcial, pode-se dizer pelo estudo das diversas regiões que a maior parte dos homens, livres e escravos, encontravam-se na agropecuária, enquanto as mulheres na produção de fios e tecidos.

- Pessoal ocupado na Agricultura

A produção de algodão na Província de Minas Gerais era justificada por dois grandes motivos: a) “... a motivação interna da produção algodoeira que corresponde no Brasil à sua utilização enquanto valor de uso para o autoconsumo” (PAULA, 1988, p. 332); b) a questão da sensibilidade aos preços internacionais e a expansão do cultivo resultante dos fatores externos. De acordo com PAULA (1988, p. 332), a produção algodoeira cresce bastante por causa da crise norte americana, principalmente no período da Guerra da Independência (1776 – 1781) e a Segunda Guerra da Independência (1812 – 1814), mas a partir de 1820 a exportação de algodão cai, sobretudo pela reentrada da produção americana e de um novo fornecedor importante: o Egito.

O trato e a colheita do algodão podiam ser realizados por mulheres e crianças e, ainda, a obtenção caseira da fibra permitia às pessoas que trabalhavam na fazenda ou em outras atividades obterem tecido grosso de uso diário dos trabalhadores. Enquanto a plantação de algodão era feita predominantemente por homens, o trato e a colheita eram feitos por mulheres com auxílio de crianças. Segundo Castro – “*O algodão, [...] difere da cana quanto aos requisitos de mão de obra: seu ciclo vegetativo é curto, o que torna relativamente mais onerosos o emprego de escravos. A par disto, o trato e a colheita do algodão podem ser facilmente realizados por mulheres e crianças...*”⁸ Os métodos utilizados para o cultivo e beneficiamento do algodão eram adequados ao trabalho destes últimos.

Na Província de Minas Gerais, na região de Minas Novas, plantava-se grande quantidade de algodão. Aí a planta era de boa qualidade e tinha fibras longas. Conforme SPIX & MARTIUS (1982, p. 59), a escassez de chuva em Minas Novas faz com que o algodão adquira a bela alvura diferenciando-se do do Maranhão e do Pará.

SAINT-HILAIRE (1974, p.235) observou que o solo da região de Minas Novas era ótimo para a plantação de algodão e grande a precariedade da organização do cultivo:

De acordo com PAULA (1988, p. 332), a produção de algodão era espalhada por toda a Província e ainda constituía o principal gênero de produção.

⁸ CASTRO, Antônio Barros de. “A Herança Regional do Desenvolvimento Brasileiro” in: **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. 2º Volume, p. 22 em Paula, João Antônio de. **O Prometeu no Sertão**. Op. cit. 1º Vol., p. 333

Na Província mineira existia uma grande variedade de espécies de algodoeiros. SPIX e MARTIUS diziam que existia uma espécie de algodoeiro que prevalecia na região de Minas Novas. “*Costuma-se plantar aqui sobretudo o algodão de Barbados (Gossypium barbadense).*”(SPIX & MARTIUS, 1982, p. 59)

Quando SAINT-HILAIRE (1974, p. 101) passou pela região de São João d’El Rei, foram encontradas grandes plantações de algodão. A arroba de algodão em caroço nos arredores de Camapoã dava 8 libras de pluma o que equívale a 1/4 do peso total sem as sementes. O peso das sementes de algodão representava 3/4 do peso total. Encontrase a cultura de algodão em vários pontos dessa Comarca, mas a qualidade do algodão aqui é inferior ao de Minas Novas. “*De outro lado, se em Camapoã, Queluz e Carandaí a arroba de algodão em caroço rende tanto ou quase tanto quanto em Peçanha e Minas Novas, e, principalmente, eles duram muito menos que em Peçanha.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 101)

O setor da agricultura engloba as ocupações tanto no setor de produção de algodão quanto no setor de produção de café, fumo etc.. Nas Listas Nominativas de 1831-32 não é possível distinguir qual o tipo de plantação existente para cada região porque os termos encontrados nas listas são muito genéricos. Mas, com as informações colhidas dos viajantes podemos ter uma idéia das principais regiões produtoras de algodão e/ou outras menores produtoras.

O setor da agricultura utilizava 55.905 pessoas, sendo que 51.055 pessoas eram do sexo masculino e 4.850 do feminino.

A região que utilizava a maior quantidade de pessoas livres do sexo masculino ou feminino era o município de Vila do Príncipe e a que menos utilizava era a do Pitangui.

Como a colheita e o trato do algodão eram feitos por mulheres e crianças, podemos notar, através do TAB. 3, que a produção de algodão era difundida por toda a Província. Os municípios Sabará, Campanha e Mariana eram grande produtores agrícolas e ainda podemos falar, pelos dados agregados, que esses municípios eram grandes produtores de algodão. Aparentemente, os municípios de Pitangui e Minas Novas não eram grande produtores de algodão. Isto se deve, muito provavelmente, ao nível de agregação dos dados. Os relatos dos viajantes citados indicam que Minas Novas era uma área importante no cultivo de algodão. Por outro lado, parece óbvio que

a agricultura nos municípios de Sabará, Campanha e Mariana envolviam vários produtos de subsistência, produtos comerciáveis, inclusive algodão.

TABELA 3

Relação da população por sexo, condição social em cada município na atividade agrícola da Província de Minas Gerais em 1831/32

Município	Feminino			Masculino		
	Livre	Escravo	Total	Livre	Escravo	Total
Baependi	206	26	232	1772	918	2690
Barbacena	57	39	96	1074	833	1907
Caeté	245	39	284	1750	1113	2863
Campanha	470	158	628	4162	1092	5254
Jacui	210	17	227	2768	635	3403
Mariana	467	148	615	3102	1982	5084
Minas Novas	92	10	102	1152	302	1454
Ouro Preto	129	27	156	745	984	1729
Paracatu	89	14	103	2496	1101	3597
Pitangui	62	0	62	705	9	714
Queluz	190	31	221	1828	1273	3101
Sabará	330	335	665	3478	2172	5650
São João del Rei	110	2	112	1587	504	2091
São José del Rei	118	13	131	1791	2066	3857
Vila do Príncipe	51	12	63	2046	1660	3706
Tamanduá	882	271	1153	3280	675	3955
Total	3708	1142	4850	33736	17319	51055

FONTE: Listas Nominativas de 1831/32

O município que utilizava mais pessoas escravas no setor agrícola era Sabará com 2172 escravos e 335 escravas. O que utilizava menos trabalhadores escravos era Pitangui com 9 escravos e 0 escravas. Em todos os municípios havia mais escravos trabalhando do que escravas.

É possível que além da população livre camponesa, muitos escravos trabalhassem, também, na plantação do algodão. Embora não se possa afirmar com certeza a proporção desses últimos pelos dados de que dispomos, parece ser essa a posição de PAULA, segundo o qual a cultura algodoeira utilizava a população escrava (PAULA, 1988).

4. FIAÇÃO E TECELAGEM:

- *A Matéria Prima*

A principal matéria-prima utilizada para a fabricação de panos ou tecidos era o algodão. A produção de produtos algodoeiros dependia quase exclusivamente da produção do algodão colhido no seu próprio fogo (conceito de fogo é distinto de casa e

aproxima-se mais das relações familiares com os seus dependentes). MATOS (1979: 269) relaciona os obstáculos existentes para o progresso do setor agrícola: a) os trabalhadores escravos, pretos e pardos cumpriam as tarefas sem zelo algum; b) os senhores tratavam mau os seus escravos, origem de moléstias e de ausência do serviço; c) os proprietários dirigem os seus negócios sem muita preocupação e colocavam a gerência nas mãos dos feitores ou de outras pessoas não qualificadas para o serviço; d) a falta de escolas e sociedades de agricultura para ensinar os trabalhadores em melhorar os métodos de beneficiamento os terrenos; e) a falta de prêmios para estimular os agricultores em colher mais e melhorar a qualidade do produto etc..

Outras matérias-primas utilizadas na Província de Minas Gerais eram: a lã, o linho, o cânhamo, a paina, a seda e outros.

Os principais produtos elaborados a partir do algodão, linho, lã, entre outras matérias-primas nessa Província eram: chapéus, sacos, cobertores, colcha, camisas, jalecos, calções, panos de lã estampados, tecidos de lã e lençol, sendo que a maioria dos produtos eram produtos grosseiros.

A matéria prima, o algodão, com o passar dos anos, perdia um pouco da sua qualidade porque os plantadores não tinham muita preocupação com a melhoria da qualidade do seu produto e sim com o aumento da quantidade produzida. Ao que tudo indica, o algodão era produzido de forma extensiva sem o uso de qualquer método não tradicional.

- Produção⁹:

Na metade do século XVIII, aproximadamente, iniciava-se a produção doméstica de tecidos. Em 1775, essa produção já tinha crescido o suficiente para que as autoridades portuguesas se preocupassem. MARTINS (1983, p. 81) comenta que em 1779, o Marquês de Lavradio falava da independência da população mineira em relação ao mercado externo em relação aos gêneros da Europa e, ainda, Minas já possuía fábricas e teares nas mãos de particulares que vestiam a si, à sua família e à escravatura fazendo panos, estopas e diferentes drogas de linho, algodão e lã.

Em 1785 temos o famoso alvará do mesmo ano que proibia a manufatura de tecidos na Colônia, mas essa proibição parece não ter afetado muito a economia

⁹ Produção é tudo aquilo que é produzido na Província Mineira. Para este estudo podemos restringir um pouco mais, produção é tudo aquilo que é produzido na atividade de fiação e tecelagem na Província Mineira.

mineira. Os dois principais motivos porque esse alvará não foi muito efetivo foram: a) produção mineira de tecidos era pulverizada e dispersa em toda a província e, b) a proibição da produção de tecidos no alvará de 5 de janeiro de 1785 excetuava os teares utilizados na produção de panos grosseiros: “... o que se produziu em Minas Gerais enquadrava-se, perfeitamente, nas exceções que o Alvará garantia – “fazendas grossas de algodão...” ”(PAULA, 1983: 343)

No século XIX, a produção doméstica de tecidos estava espalhada por toda a Província e também estava em crescimento. Martins (1983: 81) afirma que no início do século XIX a indústria têxtil doméstica estava em franca ascensão e o algodão era fiado e tecido nas fazendas, nas áreas urbanas e no setor camponês utilizando um grande número de pessoas nessa atividade.

Para VAZ (1977: 110), a produção era artesanal e apresentava excedentes para a comercialização em outras Províncias e essa produção era feita em grandes propriedades rurais utilizando o trabalho escravo.

Nas Listas Nominativas de 1831/32, percebe-se uma maior quantidade de pessoas livres trabalhando na atividade de fiação e tecelagem em relação ao número de pessoas escravas trabalhando na mesma atividade. Desta forma, podemos afirmar que a produção doméstica de tecidos se encontrava nas pequenas propriedades, predominantemente, ou seja, nas mãos dos camponeses (livres).

Na primeira metade do século XIX, algumas tentativas foram feitas no sentido de se construir unidades fabris (mecanizadas) e, portanto, de atrair capitais para esse setor.

O alvará de 1809 procurou estimular os detentores de capitais a investir nessa atividade. Conforme VAZ (1977: 101), os incentivos foram: isenção de impostos e privilégios para as fábricas que fossem instaladas; isenção de direitos aduaneiros para as matérias primas destinadas às fábricas nacionais, bem como do imposto de exportação para os produtos manufaturados; a utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais, além de outorgar privilégios exclusivos, por 14 anos, àqueles que inventassem ou introduzissem máquinas novas...

TAMM (1983: 305) observa que esse alvará foi um alívio para os mineiros porque os teares que estavam inutilizados puderam voltar a funcionar. Com isso, a produção de tecidos de algodão tornou-se mais delicada ao mesmo tempo que a produção de matéria prima aumentada favorecia uma maior produção de tecidos grossos.

Em 1810 houve um tratado comercial entre a Inglaterra e a Colônia dando à Inglaterra privilégios aduaneiros. TAMM (1983: 306) salienta que a política do governo brasileiro até 1844 foi de não intervencionismo na questão da industrialização, com exceção do governador de Minas Gerais, em 1813, que consegue junto ao governo central um fabricante de tecidos às custas do governo com a finalidade de ensinar qualquer pessoa que quisesse aprender esse ofício.

Segundo TAMM (1983), essa medida visava a aprimorar a tecnologia e a atrair investimentos. Em 1814, em Vila Rica, houve uma tentativa frustrada de organizar e fundar uma fábrica de fiados e tecidos, mas essa tentativa foi fracassada, como se disse.

Até a criação da Fábrica Cedro e Cachoeira da família Mascarenhas, todas as intenções de montar uma fábrica de fiar e tecer fracassaram por um conjunto de fatores. Segundo VAZ, os fatores que limitaram o desenvolvimento do setor têxtil foram “a) *inadequada estrutura de transporte; b) pesado sistema tributário; c) ausência de estruturas de comercialização capaz de articular as atividades econômicas mineiras; d) matéria-prima (algodão) de má qualidade [com exceção de Minas Novas] e precária estrutura de beneficiamento; e) falta de pessoal técnico qualificado; f) baixa entrada de imigrantes e lentidão na introdução de relações de trabalho assalariado*” (VAZ, 1977: 104).

- *Insumos, equipamentos e processos:*

A informação por agora disponível refere-se ao Triângulo Mineiro na primeira metade do século XIX. Não foi possível ainda encontrá-la para todas as regiões e nem podemos generalizar as informações provenientes do Triângulo para o restante da Província. Contudo, pode-se ter uma idéia inicial de forma a caracterizar um pouco os equipamentos utilizados na produção de tecidos.

O material utilizado pelas tecedeiras eram os fios. Elas adquiriam os fios por meio de fiação manual e caseira através do aproveitamento de diversas fibras brutas, compradas em lojas ou produzidas na roça.

As fibras brutas (estado natural no meio ambiente) deveriam ser submetidas a algumas operações preparatórias antes de estarem prontas para o processo de fiação e, depois, ao de tecelagem. Estas operações variavam conforme o tipo de fibra utilizada e somente a última etapa da preparação – a cardação – coincidia com qualquer tipo de fibra.

As operações preparatórias do algodão eram retirar as matérias estranhas e descarregar o algodão. Antes de começar o processo da cardação é necessário que faça o descarregamento do algodão (separar as sementes de algodão do chumaço e as impurezas encontradas nela) e batê-lo (eliminar a maior parte das impurezas de menores dimensões). Este último processa o primeiro desembaraçamento das fibras.

O descarregamento dos chumaços de fibras era feito por um aparelho constituído de dois cilindros giratórios, moendas, entre os quais passava o chumaço de algodão deixando, de um lado as sementes e, de outro, o algodão já sem as sementes. *“Os cilindros são afixados em dois montantes e cada um deles é dotado de uma manivela. Os montantes, por seu turno, são fixados no centro de uma tábua que serve também de banco para o(s) operador(es) do instrumento.”*(XAVIER, 1984: 16) As moendas geralmente precisavam de dois operadores, embora somente uma pessoa pudesse operar o sistema utilizado: a pessoa girava a manivela e as duas moendas giravam juntas pois estavam ligadas por uma engrenagem. O algodão era exposto ao sol antes de entrar no processo de descarregamento, com o intuito de facilitar a sua separação das sementes.

Quando se tratava de dois operadores, eles se assentavam no descarregador de sementes e um deles colocava o chumaço de algodão bruto entre as moendas e girava a manivela com a outra mão, enquanto a outra pessoa puxava o algodão, já sem as sementes e, com uma das mãos, girava a manivela no sentido oposto da outra pessoa.

Para bater os chumaços utilizava-se um galho de uma árvore em forma de um arco por meio de um cordel. A distância entre as duas pontas de um galho era de 60 cm. Esse processo era para limpar, destrinchar as fibras e misturá-las quando existisse coloração diferenciada.

De acordo com XAVIER (1984:18), a cardação e/ou penteamento seguia o bater dos chumaços, completando o destrinchamento das fibras. A função da cardação era desfazer os nós e limpar mais ainda as fibras brutas e permitir que se formasse uma fita homogênea de fibras que possibilitasse a próxima etapa -fiar.

Após colocar o algodão em uma das puas encobrimo por completo a carda, passava-se à outra carda em sentido contrário de tal forma que os pregos das duas cardas se encontrassem com suas curvaturas. Desta forma, o algodão passava de uma carda para outra. Depois fazia-se o mesmo no outro sentido, após as fibras estarem desembaraçadas.

No processo de fiação o instrumento utilizado era a roda. Esta era composta de um suporte, um mecanismo de rotação e um dispositivo de fiação e enrolamento:

“A transformação da pasta em fio alongando-a e retorcendo suas fibras. É a torção que confere ao fio resistência à tração, pois faz com que as fibras se apertem uma contra as outras, o que aumenta em muito a superfície de atrito entre elas. Uma vez fiados, os fios vão sendo enrolados em um carretel.” (XAVIER, 1984, p. 20)

O mecanismo de rotação era composto pela roda (bolandeira), um pedal (pisador) e um biela. O suporte era um banco com quatro pernas sendo um par mais alto do que o outro. Já o dispositivo de fiação e enrolamento era um fuso. Neste fuso enfiava-se um carretel e uma roldana.

A fiadeira ou fiadeira pegava um pedaço de fio, enrolava-o no carretel e passava-o no dente mais extremo da asa, na argola e no orifício da broca. Em seguida, enrolava, com as mãos, algumas fibras da pasta na extremidade do fio. Após ter feito tudo isso, colocava em movimento a roda, mas mantendo na sua mão direita o fio. Desta forma, o fuso girava e torcia em torno de si próprio o fio que ficava situado entre o carretel e a mão direita da fiadeira. A mão esquerda da fiadeira esticava a pasta até onde o seu braço pudesse alcançar.

Embora tudo indique que a maior parte dos tecidos não fossem tingidos (o chamado “pano cru”), o tingimento de algumas peças ocorria ocasionalmente, como se pode ver na TAB. 6 adiante (“pano riscado”). Neste caso tingia-se os fios, e não o tecido inteiro. No processo de tecelagem utilizava-se, então, alguns fios tingidos combinados com os fios naturais, donde o nome “pano riscado”. Para se tingir os fios eram utilizados elementos naturais: *“... pigmentos naturais, esses recursos não dependem só do meio ambiente, mas também do conhecimento que se tem de como utilizá-lo.”* (XAVIER, 1984, p. 25)

No tingimento natural os seguintes instrumentos eram usados: bastões de madeira para movimentar as meadas, barrilheiro para a decoada¹⁰, pilão de pedrão ou madeira para triturar; tachos de cobre para o cozimento; fogão; tacho de ferro; pano e peneira para purificar o banho e; bacia, sabão, água limpa e abundante.

¹⁰ Era um fixador de tinta e era tirado da solução obtida do barrilheiro. O barrilheiro era um “vasilha de metal ou madeira com um fundo perfurado, que se enche de cinza de vegetais carborizados. Colocando – se água pura sobre a cinza comprimida, o líquido destila, caindo em outra vasilha logo abaixo do barrilheiro. Este líquido amarelo, carregado de substâncias químicas, solúveis na água que atravessou a cinza é a decoada.” XAVIER Maureau (org.). op. cit., p. 23

Conforme ANEXO 1, nota-se que o município de Caeté e Queluz possuía um processo de tingimento digno de nota.

Os principais elementos naturais utilizados para tingir eram: anilão (azul), sucata (marron), quaresmeira (amarelo), sangue de drago (vermelho), caparosa (azul) e anil corante (azul).

Durante o processo de tingimento era necessário que as matérias corantes fossem fixadas e impregnadas nas fibras. Algumas não precisavam de auxílio para a fixação nas fibras, enquanto outras utilizavam os mordentes. O mordente fazia com que a fibra absorvesse mais o corante natural e conservasse a tinta quando ela fosse aplicada. O mordente afetava a cor do tingimento, resultando assim em tons diferentes. Os principais mordentes utilizados no Triângulo eram: sal de cozinha, decoada e vegetais ricos em tanino (por exemplo: goiabeira).

A tecelagem, ontem como hoje, consistia em entrelaçar os fios por meio de um tear manual. Dois conjuntos de fios em ângulo reto eram necessários para formar o tecido. O primeiro conjunto chamava-se (chama-se) urdume, eram fios paralelos e bem esticados. O urdume era a base sobre o qual o tecido era constituído. O segundo conjunto formava a trama. Os fios da trama eram passados continuamente de forma transversal acima e abaixo dos fios do urdume, formando assim um tecido.

Existiam três tipos de teares: o tear em “X”, o de mesa e o de esteio. Todos poderiam conseguir qualquer textura, porém, a cada tipo de tear correspondia certas possibilidades de tecer, conforme o sistema de separação do urdume, principalmente. O tear mais utilizado era o de mesa, ou seja, um tear de forma horizontal (urdume horizontal).

Três mecanismos diferentes parecem ter existido: a) "Um dispositivo de tensão do urdume, que mantém esticada no tear a camada dos fios do urdume; b) *um mecanismo de separação do urdume, constituído por quatro folhas de liços, que dividem o urdume em duas camadas de fios para que se passe a trama entre elas; e, c) um pente para manter paralelos os fios do urdume e apertar os fios trama.*" (XAVIER, 1984: 34)

5. O COMÉRCIO E A EXPORTAÇÃO DE TECIDOS:

- *O comércio, suas rotas e população ocupada*

A atividade comercial absorvia aproximadamente 1,7% da população total segundo as Listas Nominativas. Desta, 0,2% representavam exclusivamente aquelas pessoas que se dedicavam especificamente ao comércio de produtos molhados ou produtos não específicos da atividade de fiação ou tecelagem, as quais, portanto, não serão tratadas aqui. A parte que nos interessa neste estudo representava 1,5% da população que trabalhava na atividade comercial com produtos secos e/ou molhados.

Na TAB. 4, percebe-se que a população livre na atividade comercial era muito maior que a população escrava, o que é quase óbvio, representando a primeira aproximadamente 89% do total e o restante, 11%, era escrava.

O município que apresenta o maior número de contingente que trabalha com a atividade comercial era a Mariana (15,13%) seguida do Sabará (12,53%). A que utilizava menos contingente era a Pitangui (1,63%). Os principais municípios que utilizavam trabalho livre eram a Mariana (14,36%), Sabará (13,26%) e aquela que menos utilizava era Minas Novas(1,13%).

O município que mais utilizava escravas na atividade comercial eram Campanha, Paracatu e Sabará. E aqueles que mais utilizavam escravos nessa atividade eram Mariana (14,24%) e Sabará (13,68%). Pela TAB. 4, percebe-se que a utilização de pessoas trabalhando no comércio do sexo masculino era mais acentuada do que a feminina.

A atividade comercial engloba tudo aquilo que era vendido independentemente da quantidade (excluídas as pessoas que trabalhavam exclusivamente com os produtos molhados e em atividades não ligadas à fiação e tecelagem). Por produtos molhados entende-se bebidas e comestíveis em geral. Já os produtos secos referem-se a tecidos, artigos de armarinho, instrumentos de trabalho etc.

TABELA 4
População livre e escrava na atividade comercial por Região

Município	Masculino			Feminino		
	Livre	Escravo	Total	Livre	Escravo	Total
Baependi	273	38	311	21	-	21
Barbacena	209	45	254	9	-	9
Caeté	502	112	614	64	1	65
Campanha	384	93	477	48	-	48
Jacui	203	21	224	13	-	13
Mariana	832	166	998	70	-	70
Minas Novas	65	1	66	6	-	6
Ouro Preto	466	95	561	20	-	20
Paracatu	235	6	241	19	1	20
Pitangui	111	1	112	3	-	3
Queluz	416	35	451	42	-	42
Sabará	799	51	850	34	1	35
São João del Rei	249	26	275	25	-	25
São José del Rei	463	45	508	34	-	34
Tamanduá	229	28	257	8	-	8
Vila do Principe	405	15	420	23	-	23
Total	5841	778	6619	439	3	442

FONTE: Listas Nominativas de 1831/32

PAIVA (1996:115) afirma que a região **Mineradora Central Oeste** era uma região importante de entreposto (grande depósito de mercadorias ou armazém onde se guardavam ou vendiam exclusivamente as mercadorias da Província ou de uma companhia) como, também, onde estavam os principais centros urbanos da Província, por exemplo, Ouro Preto. Estes centros urbanos tinham alto poder aquisitivo.

Segundo PAIVA (1996: 115), essa região era exportadora de diversos produtos, entre eles o tecido, e também existia um comércio intraprovincial (o abastecimento de víveres na região de mineração parece ser suprido pela própria região) e interprovincial (compravam matérias primas para serem transformadas ou revendidas internamente).

De acordo com a mesma autora, na região **Inter. de Pitangui-Tamanduá** havia produtos que eram exportados para a província do Rio de Janeiro, inclusive o algodão, embora este não fosse o principal produto exportado. Formiga era a principal área de entreposto dessa região. Ela se encarregava de fazer a distribuição dos produtos na redondeza. Além disso, atendia ao consumo próprio e ao da região vizinha, Sudeste.

Na região Inter. Pitangui-Tamanduá havia uma maior diversificação de produtos à medida que se afastava das povoações mais densas. Onde a população se concentrava havia uma maior sofisticação no comércio local e, também, um maior número de vendas especializadas em produtos importados.

Na região de **Diamantina** o comércio envolvendo tecidos e algodão não era importante devido à especialização que ocorria: extração de diamantes e ouro. Segundo Paiva: *“O comércio e muitas outras atividades eram proibidos e/ou fortemente controlados para evitar desvios e fraudes. O comércio intra-regional era expressivo devido à especialização do trabalho na mineração e à esterilidade do solo nestas áreas.”*(PAIVA, 1996: 115)

Na região **Sudeste** existia uma grande variedade de produtos sendo exportados. Embora os tecidos e panos não se enquadrassem entre os principais produtos, havia exportação desses para a Província do Rio de Janeiro. Segundo PAIVA: *“O Sudeste possuía vigorosa atividade comercial, exportava para o Rio de Janeiro vários tipos de produtos sendo os mais importantes os agropecuários”* (PAIVA, 1996: 114) Essa região era uma região importante de entreposto. Havia um pequeno comércio intra-regional de víveres e de tecidos. *“A aquisição de víveres provenientes da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá e de Minas Novas por parte unicamente da vila de São João del Rei, sugere que parte desse produto era enviado para o Rio de Janeiro.”*(PAIVA, 1996: 114)

PAIVA(1996) registra que os viajantes ficavam impressionados com a quantidade de pessoas que teciam nessa região.

De acordo com PAIVA(1996), e confirmando a importância do algodão na região, os três principais produtos que eram comercializados e produzidos na região de **Minas Novas** eram: algodão, tecidos e pedras preciosas. Nessa região os gêneros de primeira necessidade não atendiam plenamente ao consumo interno, portanto era necessário importar o que faltava na região. Isto resultava em um comércio intra-regional de maior importância para a região.

De acordo com a mesma autora, a comercialização desses principais produtos eram feitos por tropeiros de fora, intermediários, que pagavam um preço irrisório aos comerciantes locais. A produção de algodão apesar de volumosa não gerava grandes lucros para a região.

Não existiam muitos núcleos urbanos nessa região e as tabernas não possuíam quantidade e variedade de produtos necessários ao atendimento da demanda, sendo que a principal atividade se limitava à fiação e tecelagem.

De acordo com SAINT-HILAIRE(1974), a região de **Paracatu** possuía várias lojas sortidas, mas quase nenhum comerciante fazia negócios na Província do Rio de Janeiro. Geralmente esses comerciantes buscavam as mercadorias que necessitava em S. João del Rei e enviavam, em troca, couros crus e algodão.

A região de Paracatu tinha um comércio com a Província bahiana devido à sua proximidade, para onde eram enviados mantimentos e gêneros da terra. Desta forma, existia na região de Paracatu uma relação interregional; essa região recebia mantimentos de Araxá e de outros lugares.

Na região do **Sertão** exportava-se algodão para a Província da Bahia. A atividade comercial concentrava-se nas porções leste e central, principalmente para as principais mercadorias comercializadas. Nessa região existia somente um núcleo urbano, Montes Claros, com atividade comercial.

A região do **Sertão do Alto de São Francisco** comercializava algodão e gado, porém esse comércio não era relevante no nível provincial. Os principais centros urbanos eram Bambuí e Pium-í.

Na região do **Triângulo** existia um comércio intrarregional e também um comércio interprovincial. O algodão era exportado para a Província do Rio de Janeiro. A região **Sul Central** fazia comercialização de tecidos com a Província de São Paulo e a atividade comercial concentrava-se ao redor de Campanha. *“As vilas e arraiais estavam ligadas no centro do território da região, sendo a mais importante Campanha”* (PAIVA, 1996: 123)

TABELA 5
População na atividade comercial por região e por ocupação

Município/ sexo	Ocu- pação	Comércio ¹¹				Tropa ¹²				Total Geral	% Total Geral
		Masc.	Fem.	Total	% Total	Masc.	Fem.	Total	% Total		
Baependi	Livre	21	140	161	3,64	133	-	133	5,05	294	4,16
	Escravo	0	0	0	-	38	-	38	1,44	38	0,54
Barbacena	Livre	9	97	106	2,40	112	-	112	4,25	218	3,09
	Escravo	0	10	10	0,23	35	-	35	1,33	45	0,64
Caeté	Livre	62	343	405	9,15	159	2	161	6,11	566	8,02
	Escravo	1	10	11	0,25	102	-	102	3,87	113	1,60
Campanha	Livre	48	277	325	7,34	107	-	107	4,06	432	6,12
	Escravo	0	7	7	0,16	86	-	86	3,26	93	1,32
Jacui	Livre	13	162	175	3,95	41	-	41	1,56	216	3,06
	Escravo	0	1	1	0,02	20	-	20	0,76	21	0,30
Mariana	Livre	67	485	552	12,47	347	3	350	13,28	902	12,78
	Escravo	0	6	6	0,14	160	-	160	6,07	166	2,35
Minas Novas	livre	6	63	69	1,56	2	-	2	0,08	71	1,01
	escravo	0	0	0	-	1	-	1	0,04	1	0,01
Ouro Preto	livre	20	229	249	5,63	237	-	237	8,99	486	6,88
	escravo	0	1	1	0,02	94	-	94	3,57	95	1,35
Paracatu	livre	19	216	235	5,31	19	-	19	0,72	254	3,60
	escravo	1	0	1	0,02	6	-	6	0,23	7	0,10
Pitangui	livre	3	82	85	1,92	29	-	29	1,10	114	1,61
	escravo	0	0	0	-	1	-	1	0,04	1	0,01
Queluz	livre	40	230	270	6,10	186	2	188	7,13	458	6,49
	escravo	0	3	3	0,07	32	-	32	1,21	35	0,50
Sabará	livre	29	584	613	13,85	215	5	220	8,35	833	11,80
	escravo	1	12	13	0,29	39	-	39	1,48	52	0,74
São João del Rei	livre	24	165	189	4,27	84	1	85	3,23	274	3,88
	escravo	0	18	18	0,41	8	-	8	0,30	26	0,37
São José del Rei	livre	34	309	343	7,75	154	-	154	5,84	497	7,04
	escravo	0	4	4	0,09	41	-	41	1,56	45	0,64
Tamanduá	livre	8	168	176	3,98	61	-	61	2,31	237	3,36
	escravo	0	1	1	0,02	27	-	27	1,02	28	0,40
Vila do Príncipe	livre	23	369	392	8,86	35	-	35	1,33	427	6,05
	escravo	0	4	4	0,09	11	-	11	0,42	15	0,21
Total Geral		429	3996	4425	100,00	2622	13	2635	100,00	7060	100,00

FONTE: Listas Nominativas 1831/32

A região do **Vale Alto-Médio do rio São Francisco** comercializava com a Bahia algodão e bois. “*Através do Vale se realizava a maior parte do comércio com as Províncias do Norte.*” (PAIVA, 1996: 123) Os principais centros urbanos eram Januária,

¹¹ O comércio engloba as vendas e as lojas e os negociantes. Vendas era “o principal e mais seguro meio de abastecimento das populações que habitavam as vilas, arraiais e áreas mineradoras. Seriam responsáveis pela comercialização de gêneros conhecidos como ‘secos’ (tecidos, artigos de armarinho, instrumentos de trabalho, utilidades domésticas etc.) e ‘molhados’ (bebidas e comestíveis em geral).” FIGUEIREDO, p. 41 Lojas eram “estabelecimentos maiores geralmente sob a administração direta de homens de origem portuguesa, exclusivamente urbanas, cuja atividade comercial restringia-se apenas a fazenda ‘secas’ ” FIGUEIREDO, p. 41. Esta definição é relativa ao século XVIII. Há divergência e dúvidas quanto a sua validade no século XIX.

¹² Por “Tropas” se entende a atividade daqueles que levam e trazem mercadorias de um lugar para outro.

Guaicuí e São Romão. Também funcionava como uma região de entreposto comercial para qualquer lado do rio São Francisco.

A região **Médio Baixo do Rio das Velhas** era uma região de entreposto. Ela distribuía os produtos importados do Rio de Janeiro para as regiões vizinhas ao norte e também enviava produtos manufaturados para o Vale do Alto-Médio São Francisco. O único centro urbano era Santa Luzia e por aí passavam as principais rotas de comércio.

As regiões Mata, Araxá, Sudoeste, Mineradora Central Leste e Sertão do Rio Doce não apresentavam relevância comercial em termos regionais e também nenhuma característica diferente das outras que pudesse ser levada em consideração.

Os municípios Mariana e Sabará representam aproximadamente 30% da atividade comercial na Província de Minas Gerais em 1831/32 e, também, 30% na atividade das tropas. Esta era a principal região comercial. Se observarmos com mais cuidado a TAB. 5, perceberemos que a atividade comercial se concentrava em uma faixa que corresponde ao caminho que a tropa fazia até alcançar a Província do Rio de Janeiro, devido à menor distância entre o mercado consumidor e a produção. Com isso, as exportações iriam em grande parte para o Rio de Janeiro ao invés de para outras Províncias.

- *Destino do Produto*

Em primeiro lugar, é útil mostrar o caminho do produto até chegar ao seu destino final. Existiam três caminhos que atendiam aos diversos mercados abastecedores: os caminhos dos paulistas, os caminhos dos cariocas e os caminhos dos baianos.

O caminho dos paulistas possuía três rotas diferentes que ultrapassavam a cadeia montanhosa pelo vale do Camanducaia.

Com a descoberta do ouro, o governo português incentivou a Colônia a descobrir novas rotas. A primeira via da Província paulista que fez a ligação com a Província mineira foi o “Caminho Geral do Sertão” que começava o seu trajeto em Pinheiros (São Paulo) e os viajantes iam para o Norte até alcançar o Rio Grande e, quando passavam por este rio, iam em busca da Serra dos Vertentes até alcançar o Rio São Francisco. O “Caminho Geral do Sertão” era bastante impreciso, o que resultou em outros três principais caminhos.

A primeira ligação entre a Província do Rio de Janeiro e a Província de Minas Gerais tinha a seguinte rota:

“O roteiro do “caminho velho do Rio de Janeiro”, era o seguinte: da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ia-se por mar até o pôrto de Parati; desembarcava-se nesse ancoradouro e, por terra transpunhas-se a serra do Mar, atingindo-se a cidade de Taubaté. Nesta cidade o “caminho velho do Rio de Janeiro”, entroncava-se com o caminho velho paulista, continuando por Pindamonhangaba, Guaratinguetá, passagem por Hepacaré, Garganta do Embaú, etc.” (ZEMELLA, 1951, p. 124)

Existiam alguns problemas para que os viajantes fizessem essa rota, sendo dois os principais: o longo caminho que tinham que percorrer e o trajeto por mar até chegar ao Porto de Parati. Por isso o governo incentivou a descoberta de um caminho novo que fizesse a ligação entre as duas Províncias. A nova estrada surgiu em decorrência do ouro e da necessidade de escoar tal produto para os portos nacionais (século XVIII).

O trajeto por esse caminho novo possuía duas variações no ponto de partida no Rio de Janeiro. A primeira variação que o viajante poderia fazer era começar a caminhada no Rio de Janeiro até chegar ao pé da Serra do Mar no porto do Pilar, utilizando para o seu deslocamento no percurso barcos velozes. Na outra possibilidade, os viajantes iniciariam a sua caminhada no Rio de Janeiro até alcançar o Porto Estrela. Porém, existia um trajeto feito exclusivamente por terra que tornava a viagem mais curta. Em consequência, este se tornou a mais importante ligação entre a Província mineira e as demais.

Existiam diversas rotas por via terrestre que ligavam a Província bahiana à Província mineira, mais largas e suaves do que as do Rio de Janeiro e São Paulo. Essas rotas possuíam várias facilidades e vantagens em relação às outras, tais como: o relevo era suave que facilitava o trajeto para os viajantes, como a obtenção de água, alimentação com mais fartura, maior disponibilidade de se obter cavalos durante a viagem, pasto para alimentar os animais, pousada e risco menor com as tribos indígenas. Além da via terrestre existia a via fluvial representada pelo Rio São Francisco e seus afluentes.

A saída dos produtos manufaturados, ou de qualquer outra espécie, da Província mineira, era feita através dessas rotas e chegava aos seguintes portos: *“São Paulo, através do pôrto de Santos, a Bahia e o Rio de Janeiro serviam de entrepostos para os artigos provenientes da Europa e África.”* (ZEMELLA, 1951, p. 140) Os navios que buscavam as mercadorias ou as deixavam eram portugueses, além dos clandestinos.

No período anterior à segunda metade do século XIX, muitas vezes o produto, tanto a matéria-prima quanto o produto acabado, era vendido na própria redondeza quando ocorria um certo excedente. Outras vezes, a produção escoava para os portos da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro. É bom lembrar que a produção destinava-se a suprir as necessidades particulares de cada família e só depois as externas.

O escoamento da produção doméstica, ou mesmo de algodão bruto, podia chegar às outras Províncias via terrestre ou fluvial. Porém, qualquer um desses meios apresentavam diversos problemas a serem enfrentados durante o percurso.

O produto manufaturado final, os tecidos e os fios, geralmente iam para os portos de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia com destino ao mercado europeu ou africano. O principal porto que recebia as mercadorias vindas do Brasil era o de Lisboa (Portugal). Os produtos relacionados ao algodão iam para Lisboa, para a Inglaterra (através do contrabando), para os franceses (através também do contrabando) e para as outras províncias do Brasil-Colônia.

À medida que a atividade mineradora entrava em decadência, os produtos de fabricação doméstica, fiação e tecelagem, começavam a aumentar, ainda que fosse para suprir as necessidades familiares. Mas a descoberta do ouro resultou no aparecimento de um núcleo populacional denso e de alto poder aquisitivo, como mencionamos no início. Por esta razão, Minas tinha capacidade de comprar muitos produtos importados e de fato o fazia. O mercado importante podia ser considerado as Províncias vizinhas ou então outro país.

- *A exportação de tecidos*

Na primeira metade do século XIX, boa parte da produção doméstica de tecidos era comercializada. Também, grande parte do produto era consumido pelos próprios produtores, suas famílias, ou pela população escrava das fazendas onde era produzida. Segundo SPIX e MARTIUS, “*uma colossal quantidade de pano de algodão muito grosseiro, que se emprega para a roupa dos escravos e da gente pobre da roça*” (SPIX & MARTIUS, 1982, p. 118)

As exportações de pano de algodão e outros produtos têxteis constituíram uma parte considerável do valor das exportações mineiras. A quantidade exportada de pano de algodão ficou em média 1,5 milhão de metros na maior parte do tempo, do primeiro

ao terceiro quartel do século XIX. Algumas vezes chegava a 2 ou 2,5 milhões de metros de panos de algodão. (ANEXO 1)

Os dados disponíveis de exportação da indústria domiciliar de tecidos baseavam-se nos impostos de exportação (VAZ, 1977). Estes dados têm que ser observados cuidadosamente porque se referem somente aos tecidos que saíam da Província e pagavam impostos sobre a exportação. Sabemos que uma parte da produção era sonegada. Por isso, podemos dizer que a produção deveria ser bem maior do que revelada a TAB. 6.

TABELA 6
Exportação de Tecidos de Minas Gerais de 1818 –1850

ANOS	TIPO	QUANTIDADE	
1818-1819	Mantas de Algodão	11.661	(unidade)
	Pano de Algodão	1.242.543	(vara)
	Toalhas e guardanapos	16.120	(unidade)
1839-1840	Pano de Algodão	1.023.338	(vara)
	Mantas de Algodão	679	(unidade)
	Colchas	714	(unidade)
1842-1843	Pano de Algodão	1.245.179	(unidade)
	Pano riscado	1.800	(vara)
	Mantas de Algodão	107	(unidade)
	Mantas de Retalho	36	(unidade)
	Colchas	402	(unidade)
1844-1845	Pano de Algodão	909.568	(vara)
	Riscado	1.014	(vara)
	Trançado	24	(vara)
	Mantas de Algodão	7.173	(unidade)
	Colchas	2.747	(unidade)
	Mantas de Retalho	36	(unidade)
1849-1850	Pano de algodão	856.602	(vara)
	Riscado	9.187	(vara)
	Mantas de algodão	1.740	(unidade)
	Colchas	3.540	(unidade)

FONTE: Bernardo Jacinto da Veiga, Falla, pp. XXIV-XXVIII; Sebastião Pereira Pinto, Relatório, 4-2-1841, mapa nº 5; Francisco José de S. S. d'Andréa, Falla, mapa nº 22; Daniel de Carvalho, Notícia Histórica sobre o algodão em Minas, 1916, p. 26; Rodolpho Jacob, Minas Gerais no XX século, p.36.

Nota-se que a partir de 1842-1843 houve uma diversificação da produção de tecidos, passando de produtor de tecidos crus para tecidos mais trabalhados, ocorrendo um aumento da importância desses tecidos trabalhados ao longo dos anos de forma sistemática. Essa diversificação indica que a indústria têxtil domiciliar se consolidava enquanto produtora para um mercado (por oposição à produção para consumo próprio). “Panos riscados” (panos com fios tingidos) e “Colchas” contêm maior valor agregado, sugerindo uma maior especialização e qualificação do trabalho ao longo do período artesanal. Em outras palavras, o caráter mercantil dessa indústria se desenvolveu claramente.

Essa série de dados sobre a exportação é bastante completa, embora não tenhamos dados confiáveis sobre o total da produção doméstica de tecidos. É bom salientar que a “*produção doméstica mineira estimada para 1827-28 é equivalente a quase 20 por cento das importações brasileiras médias de tecidos de algodão inglês no período 1827-28*”¹³

Segundo Sturz¹⁴ a quantidade produzida e consumida internamente estimada em 1827-28 chegava aproximadamente a 5.300.000 metros, mais a quantidade exportada no mesmo ano, de 2.140.000 metros. Portanto a produção total doméstica de tecidos chegaria a 7.440.000 metros pelas estimativas.

6. CONCLUSÃO:

Para entrar na Província mineira no século XVIII era necessário vencer vários obstáculos naturais existentes. Havia três principais rotas para penetrar nessa província: da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Essa população tinha um alto poder aquisitivo o que resultou no surgimento dos centros abastecedores e, no final desse século, a Província mineira já supria todas as suas necessidades e ainda enviava produtos aos outros centros urbanos fora da província.

Na primeira metade do século XIX, com a decadência da mineração aurífera, as atividades que já se desenvolviam com vistas ao consumo próprio da população, encontraram um espaço propício para sua expansão. Com base nas Listas Nominativas de 1831/32, as “Atividades Manuais e Mecânicas” representavam 16,6% do conjunto das atividades declaradas, constituindo as mais importantes da Província. Dentre elas, as atividades de fiação e/ou tecelagem (conforme definido) representavam 63,1% em termos de pessoal ocupado, o que expressa desde já sua importância. A maior parte dos trabalhadores da indústria têxtil doméstica era constituída de mulheres, sobretudo livres, embora o trabalho de escravas não fosse insignificante, mas relativamente menos numeroso. O trabalho de fiação era de longe o mais importante e, como se viu, isso se devia aos instrumentos de fiação e tecelagem então existentes.

¹³ Branner, **Cotton**, p. 42 e Sturz, **Review**, p. 104-105. Segundo esta última fonte o Brasil importou da Inglaterra, em média, 40,7 milhões de metros de tecido de algodão por ano, entre 1827 e 1831. Retirado em MARTINS, Roberto Borges, **op. cit.**, p. 88

¹⁴ STURZ, **Review**, p. 111 em MARTINS, Roberto Borges, **op. cit.**, p. 85

A plantação de algodão, a principal matéria-prima, encontrava-se espalhada por toda a Província, com ênfase, segundo os viajantes, na região de Minas Novas, embora os municípios de Sabará, Campanha e Mariana devessem ser também grandes produtores, em função da importante agricultura local.

No que respeita a fiação e a tecelagem, os municípios mais relevantes eram Sabará, Mariana, Queluz e São José del Rei. Os municípios que concentravam a maior parte do comércio da Província de Minas Gerais eram Mariana, Sabará, Caeté, Ouro Preto e São José del Rei. Esses municípios estavam localizadas próximos as rotas feitas pelos tropeiros. Percebe-se que havia um grande escoamento de produtos para a Província do R. J..

Podemos perceber que a produção doméstica de tecidos era muito importante na Província mineira (tanto que em 1785 um Alvará proibia a produção de tecidos mais finos). A partir de 1840, a produção domiciliar não só cresce como se diversifica.

Se combinarmos as informações do pessoal ocupado com as das exportações do “pano de Minas” para o período estudado, concluimos que a indústria de tecidos doméstica havia deixado de ser uma indústria voltada para o consumo familiar. Ela contava com um mercado externo (outras Províncias ou outros países) significativo. Como salienta STURZ, já em 1827-28, a produção interna e externa de “panos” alcançava a cifra de 7.440.000 metros, onde mais de 1/3 eram exportados.

Embora este estudo enfoque apenas a indústria de tecidos na sua fase artesanal, alguns questões relacionadas à indústria fabril mecanizada da segunda metade do século XIX podem ser levantadas.

O surgimento da indústria têxtil fabril na Província de Minas Gerais em 1868 de forma permanente, só foi possível porque um dos principais problemas havia sido superado: existiam pessoas especializadas trabalhando na atividade de fiação e de tecelagem previamente. Antes de surgir a fábrica Cedro e Cachoeira houve três tentativas que fracassaram: a) a comunidade cogitou fundar uma fábrica de fiados e tecidos em Vila Rica em 1814; b) a segunda foi no distrito de Neves do termo de Sabará em 1838, a Companhia Industrial Mineira; e, c) a terceira e última foi no município de Conceição do Serro em 1850, Cano do Reino.

VAZ em artigo de 1977, afirma que “... embora nada possa confirmar nossa hipótese, acreditamos que a acumulação se deu em dois níveis: 1). – o excedente da

produção artesanal que era comercializado e, 2). – o excedente que não era reinvestido no setor agrário.” O trabalho apresentado parece confirmar amplamente a primeira hipótese.

7 Referências Bibliográficas:

- 1 BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil, através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**; visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 110-315
- 2 CARVALHO, Daniel de. **Notícia Histórica sobre o Algodão em Minas**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1916. 59p.
- 3 GODOY, Marcelo M. **Dicionário das Ocupações em MG no século XIX acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial**. Em *Varia História* nº15, março de 1996, Belo Horizonte, Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1996.
- 4 LIBBY, Douglas Cole, Introdução. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. XL 1995, Secretaria de Estado da Cultura, 159p.
- 5 LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 6 MARTINS, Angela Magalhães. Século XIX: Estrutura Ocupacional de São João del Rei e Campanha. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, v. 5., 1990, Diamantina (MG). **Anais....** Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, p. 31-52
- 7 MARTINS, Roberto Borges. A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, v. 2., 1983. Diamantina (MG). **Anais....** Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, p. 75-94.
- 8 MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979, nº 3, v. 1, p. 39-192; 215-280
- 9 MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981, nº 3-A, v. 2, p. 41- 53; 67-76; 95-104; 203-324
- 10 PAIVA, Clotilde Andrade e MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Minas Gerais em 1831: Notas sobre a Estrutura Ocupacional de Alguns Municípios. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Vol. 3., 1986, Diamantina (MG). **Anais....** Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, p. 63-92
- 11 PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1996 (tese de doutorado). 214p.

- 12 PAULA, João Antônio de. Dois Ensaio sobre a Gênese da Industrialização em Minas Gerais: A Siderurgia e a Indústria Têxtil. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, v. 2,. 1983, Diamantina (MG). **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, p. 50-73
- 13 PAULA, João Antônio de. **O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania dos Matos Gerais**. São Paulo: USP, 1988 (Tese de Doutorado). p. 329-346
- 14 SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1974, p. 235
- 15 SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. 11, p. 13-76; 86-111
- 16 SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem as nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás**, Vol. 2, São Paulo: Nacional, 1944, p. 17-75; 96-125; 200-264
- 17 SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1974. p.13-127; 131-133; 184
- 18 SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von, **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. v. 2, p. 17-175; 199-220
- 19 TAMM, Paulo. **A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas**. Belo Horizonte: Velloso e Cia, [19-], v. 3, p. 07-143; 180-336
- 20 XAVIER, Mareau. **Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro: uma abordagem tecnológica**. ??????????
- 21 ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: USP, 1951. (Tese de Doutorado). 264p.
- 22 VAZ, Alisson Mascarenhas. A Indústria Têxtil em Minas Gerais. **Revista de História**, v.56, n. 3, p. 101-118, jun. 1977.
- 23 TAUNAY & , Alisson Mascarenhas. A Indústria Têxtil em Minas Gerais. **Revista de História**, v.56, n. 3, p. 101-118, jun. 1977.

ANEXO 1
 Minas Gerais: Exportação¹ de Têxteis de Algodão, 1818 - 1892

Ano	Pano de Algodão ² (metros)	Colchas, Mantas e Toalhas de Algodão (unidades)	Ano	Pano de Algodão ² (metros)	Colchas, Mantas e Toalhas de Algodão (unidades)
1818-19	1.366.797	11.677	1869-70	1.548.409	681
1827-28 ³	2.139.335	105	1870-71	1.326.413	362
1839-40	1.125.672	1.393	1871-72	1.866.363	907
1842-43	1.371.732	2.561	1872-73	1.507.383	291
1844-45	2.101.666	9.967	1873-74	1.566.510	876
1847-48	2.594.834	6.082	1874-75	1.270.801	476
1850-51	2.062.959	8.562	1875-76	538.170	1.075
1851-52	2.413.780	6.099	1876-77	244.272	*
1852-53	2.322.106	7.766	1877-78	321.942	*
1853-54	1.848.185	2.694	1878-79	177.599	*
1854-55	1.787.776	1.300	1879-80	198.678	*
1855-56	2.156.331	730	1880-81	230.319	*
1856-57	1.844.411	*	1881-82	148.946	*
1857-58	1.631.730	1.027	1882-83	189.487	*
1858-59	1.503.548	357	1883-84	188.546	*
1859-60	1.249.317	102	1885-86	312.900	*
1860-61	1.571.818	68	1886-87 ⁴	853.440	*
1861-62	1.977.264	1.541	1888	359.695	*
1865-66	1.934.156	*	1889	626.703	*
1866-67	1.414.250	*	1890	251.298	*
1867-68	1.725.178	208	1891	45.006	*
1868-69	2.102.432	188	1892	9.377	*

FONTE: Martins, "As exportações de Minas Gerais no Século XIX" em Martins, "A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX"

Notas: * - Significa dado não disponível

1 - Exportação aqui significa toda a produção que saiu do território mineiro através das recebedeiras, para qualquer destino.

2 - Inclui pano de algodão, pano de algodão riscado e pano de algodão trançado.

3 - Exportação para o Rio de Janeiro apenas.

4 - O ano financeiro de 1886-87 foi prorrogado até o final de 1887, incluindo portanto 18 meses.